



Estratégia
Carreira Jurídica

— 1º SIMULADO —

JUIZ DO TRF DA 3ª REGIÃO

1º Simulado Especial

1º Simulado Juiz da 3ª Região

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz da 3ª Região;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-26-09-20>

01 – (A) (B) (C) (D)
02 – (A) (B) (C) (D)
03 – (A) (B) (C) (D)
04 – (A) (B) (C) (D)
05 – (A) (B) (C) (D)
06 – (A) (B) (C) (D)
07 – (A) (B) (C) (D)
08 – (A) (B) (C) (D)
09 – (A) (B) (C) (D)
10 – (A) (B) (C) (D)
11 – (A) (B) (C) (D)
12 – (A) (B) (C) (D)
13 – (A) (B) (C) (D)
14 – (A) (B) (C) (D)
15 – (A) (B) (C) (D)
16 – (A) (B) (C) (D)
17 – (A) (B) (C) (D)
18 – (A) (B) (C) (D)
19 – (A) (B) (C) (D)
20 – (A) (B) (C) (D)

21 – (A) (B) (C) (D)
22 – (A) (B) (C) (D)
23 – (A) (B) (C) (D)
24 – (A) (B) (C) (D)
25 – (A) (B) (C) (D)
26 – (A) (B) (C) (D)
27 – (A) (B) (C) (D)
28 – (A) (B) (C) (D)
29 – (A) (B) (C) (D)
30 – (A) (B) (C) (D)
31 – (A) (B) (C) (D)
32 – (A) (B) (C) (D)
33 – (A) (B) (C) (D)
34 – (A) (B) (C) (D)
35 – (A) (B) (C) (D)
36 – (A) (B) (C) (D)
37 – (A) (B) (C) (D)
38 – (A) (B) (C) (D)
39 – (A) (B) (C) (D)
40 – (A) (B) (C) (D)

41 – (A) (B) (C) (D)
42 – (A) (B) (C) (D)
43 – (A) (B) (C) (D)
44 – (A) (B) (C) (D)
45 – (A) (B) (C) (D)
46 – (A) (B) (C) (D)
47 – (A) (B) (C) (D)
48 – (A) (B) (C) (D)
49 – (A) (B) (C) (D)
50 – (A) (B) (C) (D)
51 – (A) (B) (C) (D)
52 – (A) (B) (C) (D)
53 – (A) (B) (C) (D)
54 – (A) (B) (C) (D)
55 – (A) (B) (C) (D)
56 – (A) (B) (C) (D)
57 – (A) (B) (C) (D)
58 – (A) (B) (C) (D)
59 – (A) (B) (C) (D)
60 – (A) (B) (C) (D)

61 – (A) (B) (C) (D)
62 – (A) (B) (C) (D)
63 – (A) (B) (C) (D)
64 – (A) (B) (C) (D)
65 – (A) (B) (C) (D)
66 – (A) (B) (C) (D)
67 – (A) (B) (C) (D)
68 – (A) (B) (C) (D)
69 – (A) (B) (C) (D)
70 – (A) (B) (C) (D)
71 – (A) (B) (C) (D)
72 – (A) (B) (C) (D)
73 – (A) (B) (C) (D)
74 – (A) (B) (C) (D)
75 – (A) (B) (C) (D)
76 – (A) (B) (C) (D)
77 – (A) (B) (C) (D)
78 – (A) (B) (C) (D)
79 – (A) (B) (C) (D)
80 – (A) (B) (C) (D)

81 – (A) (B) (C) (D)
82 – (A) (B) (C) (D)
83 – (A) (B) (C) (D)
84 – (A) (B) (C) (D)
85 – (A) (B) (C) (D)
86 – (A) (B) (C) (D)
87 – (A) (B) (C) (D)
88 – (A) (B) (C) (D)
89 – (A) (B) (C) (D)
90 – (A) (B) (C) (D)
91 – (A) (B) (C) (D)
92 – (A) (B) (C) (D)
93 – (A) (B) (C) (D)
94 – (A) (B) (C) (D)
95 – (A) (B) (C) (D)
96 – (A) (B) (C) (D)
97 – (A) (B) (C) (D)
98 – (A) (B) (C) (D)
99 – (A) (B) (C) (D)
100 – (A) (B) (C) (D)

DIREITO CONSTITUCIONAL

(CANCELADO)

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

11. Marque a assertiva incorreta:

- a) Não constitui ofensa ao artigo 9º do Decreto-Lei n. 3.365/1941 o exame por parte do Poder Judiciário, no curso do processo de desapropriação, da regularidade do processo administrativo de desapropriação e da presença dos elementos de validade do ato de declaração de utilidade pública.
- b) O ato declaratório da desapropriação, por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, deve ser motivado de maneira explícita, clara e congruente, não sendo suficiente a mera referência à hipótese legal.
- c) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública autoriza o contratado a suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, mesmo sem provimento jurisdicional.
- d) É facultado à Administração Pública realizar a publicidade das arbitragens das quais faça parte.

12. Ainda sobre os Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF, julgue os itens abaixo:

- I - Os contratos celebrados pelas empresas estatais, regidos pela Lei n. 13.303/16, possuem aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93.
- II - A ausência de previsão editalícia afasta a possibilidade de celebração de compromisso arbitral em conflitos oriundos de contratos administrativos.
- III - As controvérsias acerca de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos integram a categoria das relativas a direitos patrimoniais indisponíveis, para cuja solução é vedado meios extrajudiciais adequados de prevenção e resolução de controvérsias.

- a) Todos os itens estão incorretos
- b) Todos os itens estão corretos
- c) Apenas o item III está correto
- d) Os itens II e III estão corretos

13. Intervenção restritiva do Estado na propriedade por normatização, isto é, ocorre por meio de lei e atos normativos de caráter geral. Em razão disso, possui as características da generalidade e da abstratividade.

O conceito trazido acima refere-se a qual instituto de Direito Administrativo?

- a) Desapropriação
- b) Limitação Administrativa
- c) Requisição Administrativa
- d) Tombamento

14. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.
- b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.

15. Um decreto expropriatório declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade de um munícipe. Não havendo consenso entre as partes com relação ao valor da indenização para ultimar a desapropriação, o Poder Público ingressou com uma ação judicial.

Analisando essa situação hipotética, é correto afirmar:

- a) A ação judicial pode ser proposta a qualquer tempo, pois o decreto expropriatório não se submete à decadência.
- b) Nessa ação o proprietário poderá alegar o desvio de finalidade do decreto expropriatório, desde que consiga comprovar, pelos meios legais, a trestinação.
- c) A concordância escrita do expropriado, conquanto permita a imediata aquisição da propriedade pelo expropriante, com o conseqüente registro da propriedade na matrícula do imóvel, não implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.
- d) No caso de ocorrer a concordância escrita do expropriado, ele poderá levantar 80% (oitenta por cento) do depósito realizado.

16. Acerca da desapropriação para fins de reforma agrária, marque a assertiva correta:

- a) pode ser realizada por qualquer dos entes federados, a fim de promover a justa distribuição de terras.
- b) depende de prévia indenização em dinheiro em valores referente à área desapropriada e às benfeitorias úteis e necessárias.
- c) se destina aos imóveis urbanos ou rurais que não estejam cumprindo com a sua função social.
- d) isenta as operações de transferência do imóvel desapropriado de impostos federais, estaduais e municipais.

17. De acordo com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal acerca do Direito de Greve dos servidores públicos, marque a assertiva incorreta:

- a) O exercício do direito de greve não caracteriza abandono de cargo
- b) A Justiça Comum Federal ou Estadual é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público
- c) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- d) A compensação dos dias e horas paradas ou mesmo o parcelamento dos descontos não poderão ser objeto de negociação.

18. Acerca dos entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca do concurso público, julgue os itens abaixo:

- I - Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
 - II - O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.
 - III - A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.
- a) Todos os itens estão corretos
 - b) Todos estão incorretos
 - c) Apenas os itens I e II estão errados
 - d) O item III está errado

19. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.

20. Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

O instrumento acima conceito refere-se:

- a) Termo de Colaboração
- b) Termo de Fomento
- c) Acordo de cooperação
- d) Termo de Parceria

DIREITO PENAL

Michael Procópio

21. Assinale a alternativa correta sobre a teoria do crime:

- a) Para o funcionalismo teleológico, a função das normas penais é reafirmar a sua própria validade, compreensão fundada na característica do Direito Penal como sistema autopoiético e autorreferencial.

b) O neokantismo, apesar de adotar a base causalista de dolo como integrante da culpabilidade, admite elementos subjetivos do tipo. Compreende o Direito Penal a partir de valores, concebendo, assim, o tipo penal como norma de cultura.

c) O dolo é normativo para o finalismo, sendo que a culpabilidade se compõe da imputabilidade, da potencial consciência da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa.

d) Concebe-se hoje, com a base finalista do Código Penal, que a consciência da ilicitude deve ser atual, por integrar o dolo.

e) Para o causalismo, o dolo é normativo, sendo que a culpabilidade é compreendida por meio da teoria normativa pura.

22. Sobre o nexa causal, assinale a alternativa correta:

a) A causa relativamente independente, anterior, exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

b) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, o que demonstra a adoção da teoria da causalidade adequada pelo Código Penal.

c) A teoria da imputação objetiva representa uma limitação do nexa causal, ao excluir de sua análise o conteúdo jurídico, para lhe trazer um critério eminentemente científico e natural.

d) Sobre os crimes omissivos impróprios, é amplamente dominante a teoria naturalística sobre a produção do resultado, sendo que a omissão causa o resultado diretamente, por fazer parte do nexa causal.

e) A imputação objetiva se baseia na causação de um risco não permitido ao bem jurídico tutelado, a partir do que se pode imputar o resultado ao agente. É necessário, ainda, que o risco produzido se encontre no âmbito de abrangência da norma, como ressalta Roxin.

23. Assinale a alternativa que representa entendimento atualmente adotado pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) Quanto ao crime de desacato, é necessário que o ato perturbe ou obstrua a execução das funções do funcionário público, sendo típicas reclamações, censuras ou críticas, desde que veementes, à atuação funcional do funcionário.
- b) A repressão penal à prática da homotransfobia limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, em razão da preponderância, no conflito de interesses, do direito fundamental à igualdade e não discriminação.
- c) O acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.
- d) No caso *Ellwanger*, interpretando a lei de racismo, o STF consignou que a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista.
- e) A condenação, após o período depurador que impede a reincidência, não pode ser considerada como mau antecedente.

24. Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento do STJ:

- a) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- b) O crime de extorsão se consuma com a obtenção da vantagem indevida
- c) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- e) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

25. Julgue os itens a seguir:

I – Sofia, em 2010, atravessou a fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul, trazendo 80 litros de combustível do outro país. Em razão da pouca quantidade de combustível, é possível o reconhecimento da insignificância, desde que ela não seja reincidente.

II- Lauro praticou conduta tipificada como furto. Com a entrada em vigor de nova lei, esse tipo penal foi parcialmente revogado, mas a conduta de Lauro foi inserida em outro tipo penal. Nessa situação, Lauro não responderá pelo crime praticado, pois ocorreu a *abolitio criminis* com a edição da nova lei.

III – Em dezembro de 2019, Sófocles, maior e capaz, roubou, mediante emprego de uma adaga, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Responderá por roubo simples, mesmo que tenha sido condenado apenas em março de 2020.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

26. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública:

- a) Conforme entendimento atual do STJ, a consumação do crime de descaminho depende da constituição definitiva do crédito tributário.
- b) Se o funcionário público deixa de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo à influência de um líder religioso configura-se o crime de corrupção passiva, em sua forma privilegiada.
- c) O crime de descaminho só é da competência da Justiça Federal quando demonstrada que a conduta do agente envolve transnacionalidade.
- d) O agente que for flagrado com contrabando, utilizando-se de veículo automotor, poderá ter cassado o seu documento de habilitação, previsão não extensível ao descaminho.
- e) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo pode configurar o crime de prevaricação.

27. Sobre os crimes contra a organização do trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O agente que impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais comete o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.
- b) Quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho comete o crime de frustração de direito assegurado em lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.
- c) O delito de participar de abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa, previsto no artigo 200 do Código Penal, exige no mínimo dois empregados.
- d) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho configura o crime do artigo 198 do CP, denominado de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- e) Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa, configura o crime de desobediência.

28. Assinale a alternativa correta sobre a aplicação das normas penais:

- a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- c) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente se sua vigência for anterior à cessação da permanência, mas não ao crime continuado, por se tratar de ficção jurídica, que, de fato, constitui-se de vários crimes tratados como um só.

- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, o que depende da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Fernandes

29. Com relação à tutela da liberdade, é incorreta a afirmação:

- a) Segundo a jurisprudência sumulada do STF, não cabe *habeas corpus* contra a decisão do relator que de tribunal superior que indefere a liminar.
- b) Quando a liberdade de alguém estiver direta ou indiretamente ameaçada, cabe *habeas corpus* ainda que para solucionar questões de natureza processual.
- c) Considera-se coação ilegal, tutelável por *habeas corpus* a ausência de justa causa para a ação penal.
- d) Não cabe *habeas corpus* contra decisão judicial.

30. São corretas as afirmativas abaixo, salvo:

- a) O *habeas corpus* pode ser empregado para impugnar medidas cautelares de natureza criminal diversas da prisão.
- b) Não se considera fundamentada a decisão que, ao decretar a prisão preventiva, reproduz ato normativo, ou empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- c) E nula a decisão que ao decretar a prisão preventiva sem seguir o enunciado de súmula, não fundamenta seu afastamento (*distinguishing*) ou sua superação (*overruling*).
- d) O juiz poderá, somente a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.

31. Sobre a fase da prolação da sentença no processo penal, é incorreto afirmar:

- a) A sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.
- b) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando estiver solto.
- c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) Se, na sentença, ao atribuir definição jurídica diversa aos fatos narrados na denúncia, o juiz constatar que a pena mínima cominada ao crime desclassificado for igual ou inferior a um ano, não pode mais facultar o oferecimento de suspensão condicional do processo pela acusação, tendo em vista que já se encerrou a instrução.

32. Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao STF o julgamento de conflito de competência entre Juiz de Direito e Juiz Federal.
- b) O conflito de atribuições entre Procuradores da República é de competência do Procurador Geral da República.
- c) O conflito entre integrantes de ramos diferentes do Ministério Público da União será resolvido pelo Juiz Federal.
- d) Compete ao CNMP dirimir conflitos de atribuições entre membros do MPF e de Ministérios Públicos estaduais

33. Sobre os procedimentos no processo penal, é incorreta a afirmação:

- a) Na audiência de instrução e julgamento, primeiro serão tomados os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, interrogando-se, em seguida, o acusado.
- b) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida por carta precatória, ficando suspensa a instrução criminal.

c) As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.

d) O Presidente da República, na condição de testemunha, poderá optar pela prestação de depoimento por escrito.

34. Sobre as nulidades no processo penal, é incorreto afirmar:

a) A falta de abertura de prazo, após o encerramento da instrução, para manifestação das partes acerca do interesse na feitura de diligências complementares constitui nulidade absoluta.

b) A intimação do defensor constituído deve incluir o nome do acusado, sob pena de nulidade.

c) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

d) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

35. Sobre a interceptação e outros meios de obtenção de prova, é incorreto afirmar:

a) A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal dependerá de ordem do juiz competente da ação principal.

b) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.

c) Poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos somente quando houver elementos de prova de infrações criminais com penas máximas superiores a quatro anos ou em infrações penais conexas

d) O prazo de 15 dias das interceptações telefônicas deve ser contado a partir da respectiva decisão que concede a medida.

36. Sobre acesso à investigação e a colaboração premiada, é incorreto:

- a) Terceiros que tenham sido mencionados em colaborações premiadas somente podem ter acesso, antes do recebimento da denúncia, a documentos em que de fato tenham sido mencionados como tendo praticado crime.
- b) O acesso de terceiros que tenham sido mencionados em colaborações premiadas não se deve frustrar a diligências em andamento.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa
- d) O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração constitui marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas, podendo excepcionalmente o sigilo ser levantado se presente relevante interesse público.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

37. A cooperação internacional expressamente destacada na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) disciplina situações bem específicas. A respeito desse importante tema, aponte a alternativa CORRETA:

- a) o princípio da não-intervenção em assuntos internos contraria a necessidade de cooperação internacional a que o Brasil faria jus para investigar e processar traficantes internacionais de drogas.
- b) o Brasil pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de informações judiciais sobre precursores químicos.
- c) o Brasil não pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas pelo sigilo envolvido.
- d) o Brasil pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de programas voltados para repressão do uso indevido.

38. Indique a alternativa que não contém um delito considerado ocorrido na investigação e na obtenção da prova pelo texto literal da Lei 12.850/2013:

- a) Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo.
- b) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.
- c) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.
- d) Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.

39. A respeito das disposições gerais da Lei 8.137/90, aponte a alternativa correta:

- a) Por força do bem jurídico tutelado, qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta lei.
- b) Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação do ente federativo respectivo, quando assim o exigir o tipo penal.
- c) O grave dano à coletividade é uma das circunstâncias agravantes.
- d) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança o revendedor, como forma ampla de respeito à vulnerabilidade consumerista.

40. A respeito do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A formação, a gestão e o acesso ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.
- b) O Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais tem como objetivo armazenar dados de registros biométricos, de impressões digitais e, quando possível, de íris, face e voz.
- c) Poderão ser colhidos os registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz dos presos provisórios.
- d) A autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar, no caso de inquérito ou ação penal instaurados, informações específicas ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.

41. A respeito das disposições gerais da Lei de Lavagem (Lei 9.613/98), com as alterações trazidas pela Lei 12.683/12, aponte a única alternativa correta:

- a) Não se aplicam as regras do CPP para os processos envolvendo os crimes da Lei de Lavagem de Capitais.
- b) A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral e pelos provedores de internet, ficando de fora dessa possibilidade de requisição as administradoras de cartão de crédito, as empresas telefônicas e instituições financeiras, por força de seu sigilo constitucional.
- c) Os encaminhamentos das instituições financeiras e tributárias em resposta às ordens judiciais de quebra ou transferência de sigilo deverão ser, sempre que determinado, em meio informático
- d) Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, com prejuízo de sua remuneração, mantidos os demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

42. Aponte a alternativa CORRETA a respeito do afastamento do agressor do lar conjugal verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha:

- a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida, após apresentar a notitia criminis para a autoridade policial.
- b) qualquer policial poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.
- c) qualquer delegado poderá decidir a respeito mesmo que exista juiz na Comarca.
- d) o juiz sempre será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar.

43. Indique a alternativa INCORRETA a respeito do procedimento penal dos crimes falenciais:

- a) Intimado da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial, o Ministério Público, verificando a ocorrência de qualquer crime previsto nesta Lei, promoverá imediatamente a competente ação penal ou, se entender necessário, requisitará a abertura de inquérito policial.
- b) Decorrido o prazo para oferecimento da denúncia, caberá ao administrador judicial ou a um dos credores habilitados oferecer queixa-crime subsidiária no prazo decadencial de 6 (seis) meses.
- c) O crime de fraude contra credores (art. 168 da Lei 11.101/2005), assim como acontece no Código Penal com o crime de fraude à execução (art. 179), somente se processa mediante queixa.
- d) Recebida a denúncia ou a queixa, observar-se-á o rito sumário.

44. Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas):

- a) a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.
- b) o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.
- c) o tráfico internacional configura tipo autônomo, enquanto o tráfico interestadual é majorante.
- d) o crime de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, encontra tipicidade no art. 28 da Lei de Drogas.

DIREITO CIVIL

Leonardo Fernandes

45. Sobre o direito ao esquecimento, é correto afirmar:

- a) Segundo o entendimento do STJ, o direito ao esquecimento configura censura prévia.
- b) Em caso de evidente interesse social no cultivo à memória histórica e coletiva de delito notório, não se pode proibir a veiculação de matérias jornalísticas relacionados com o fato criminoso.
- c) O direito ao esquecimento ainda não foi reconhecido no Brasil.
- d) O direito ao esquecimento, por confirmar direito fundamental, não pode sofrer restrição frente ao interesse social de informação.

46. Sobre os negócios jurídicos, considerando o entendimento dos tribunais superiores, estão corretas as afirmações, salvo:

- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio
- c) Deve o intérprete buscar a racionalidade econômica das partes, considerada a informação de que dispunham no momento da celebração.

d) Podem ter objeto direito personalíssimo, desde que homologado judicialmente

47. Sobre a pessoa portadora de deficiência, julgue os itens.

- a) A curatela afetará somente atos relacionados à disposição patrimonial e negocial.
- b) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Viola a livre iniciativa, a determinação legal de que escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais.
- d) O processo de tomada de decisão apoiada pode ser iniciado, subsidiariamente, pelo Ministério Público.

48. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, é correto:

- a) A fraude contra credores exige a comprovação de *eventus damni*;
- b) São convalidáveis os negócios jurídicos celebrados por meio de falsificação de assinatura, caso o sócio prejudicado pelo falso tenha concedido quitação, a fim de ratificar os negócios jurídicos.
- c) A anterioridade do crédito que se busca garantir pode ser comprovada pela assinatura de contrato particular de promessa de compra e venda de imóvel, ainda que não registrado e desacompanhado de qualquer outro elemento que possa evidenciar.
- d) O credor pode anular o ato jurídico lesivo objeto de fraude contra credor de forma incidental, desde que não haja dilação probatória.

49. Sobre a proteção dada ao bem de família, é incorreta a seguinte afirmação:

- a) Para a aplicação da exceção à impenhorabilidade do bem de família prevista no art. 3º, IV, da Lei nº 8.009/90 é preciso que o débito de natureza tributária seja proveniente do próprio imóvel que se pretende penhorar.
- b) A proteção do bem de família legal, pela sua natureza de ordem pública, prevalece sobre o ato de disposição do proprietário que oferece o bem de família como garantia.

- c) O crédito oriundo de contrato de empreitada para a construção, ainda que parcial, de imóvel residencial, encontra-se nas exceções legais à impenhorabilidade do bem de família.
- d) A inadimplência dos réus em relação a compras de materiais de construção do imóvel onde residem não autoriza afastar a impenhorabilidade de bem de família.

50. Sobre o crédito, é incorreto afirmar:

- a) Não havendo disposição contratual em contrário, é legal a imputação do pagamento primeiramente nos juros.
- b) A cláusula penal moratória em valor equivalente à locação, como regra, não pode ser cumulada com indenização por lucros cessantes nos contratos de incorporação.
- c) É inadmissível a cumulação das arras com a cláusula penal compensatória.
- d) É suficiente a indicação do título representativo na cessão de crédito.

51. Sobre a mora, é incorreta a seguinte afirmação:

- a) O credor fiduciário regido pelo DL 911/1969, em caso de inadimplemento contratual, pode promover a inscrição dos nomes dos devedores solidários em bancos de dados de proteção ao crédito, independentemente de optar pela excussão da garantia ou pela ação de execução
- b) Nos contratos de alienação fiduciária mobiliária, a mora constitui-se *ex re*, decorrendo do simples vencimento do prazo para pagamento.
- c) A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
- d) A constituição em mora do devedor de contrato de alienação fiduciária deve se dar por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título.

52. Com relação às formas de integração da norma jurídica, assinale a opção correta.

- a) O costume é instituto típico do sistema *civil law*.
- b) Entende-se por analogia a aplicação, a determinado caso concreto, de uma norma próxima ou de um conjunto de normas próximas, a despeito da existência de norma prevista para o referido caso.
- c) A lacuna ontológica pressupõe a existência de norma para regular o caso concreto, sem, entretanto, eficácia social.
- d) O costume *secundum legem* é forma de integração da norma jurídica.

53. Sobre a personalidade jurídica, é incorreta a seguinte afirmação:

- a) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso
- c) Entende-se por confusão patrimonial o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador.
- d) A legislação civil não prevê expressamente a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

54. São fins legais permitidos das Fundações:

- a) assistência social
- b) cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico
- c) segurança pública
- d) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

55. Sobre a jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria conhecida como tripartição dos poderes foi a grande responsável pelo reforço da jurisdição, repercutindo até os dias atuais.
- b) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, há preponderância do princípio dispositivo.
- c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, não há que se falar em existência de lide.
- d) São procedimentos de jurisdição voluntária o pedido de emancipação, de alienação de bens em favor de crianças, órfãos e interditos e da conversão da separação em divórcio.

56. A cooperação jurídica internacional NÃO terá por objeto:

- a) Homologação e cumprimento de decisão.
- b) Concessão de medida judicial de urgência.
- c) Citação, intimação e notificação judicial e extrajudicial.
- d) Medida judicial ou extrajudicial, desde que não proibida pelo país de origem.

57. Quanto à teoria das fontes no Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, os precedentes vinculantes são considerados fontes formais mediatas do processo civil.
- b) A doutrina e a jurisprudência são consideradas fontes não formais do direito processual civil.
- c) Os costumes não podem ser considerados como uma fonte do direito.
- d) Em decorrência do neoconstitucionalismo e das repercussões desse fenômeno no processo civil, a doutrina moderna entende que as fontes formais imediatas do direito processual incluem a lei lato sensu, os princípios e a jurisprudência.

58. No que diz respeito aos elementos e classificações da ação, marque a alternativa incorreta:

- a) O CPC/2015, assim como o CPC/73 não trouxe o rol dos elementos da ação, mas é possível inferir como tais as partes, o pedido e a causa de pedir.
- b) A causa de pedir remota é fato jurídico, ao passo que a causa de pedir próxima é o direito afirmado.
- c) De acordo com a teoria da substanciação da causa de pedir, esta é composta apenas do fundamento jurídico (relação jurídica afirmada), sendo que os fatos jurídicos estariam fora da causa de pedir.
- d) As ações reipersecutórias podem versar tanto sobre direitos reais quanto pessoais.

59. Em relação aos pressupostos processuais, são pressupostos negativos, exceto:

- a) inexistência de coisa julgada.
- b) inexistência de convenção de arbitragem.
- c) inexistência de litispendência.
- d) competência do juízo.

60. No que se refere à competência, assinale a alternativa correta:

- a) A regra da Kompetenzkompetenz tem aplicação no âmbito da arbitragem.
- b) o CPC/15 adotou o sistema da *translatio iudicii*, de modo que, nos casos de reconhecimento de incompetência relativa do juízo, preservam-se os efeitos materiais e processuais dos atos (decisórios ou não) já prolatados. Essa regra, contudo, não se aplica aos casos de incompetência absoluta.
- c) Se ocorrer a citação válida, exceto se determinada pelo juízo incompetente, o adquirente da coisa litigiosa sofrerá os efeitos daquela decisão, mesmo se não fizer parte do processo.
- d) Nos juizados especiais, o reconhecimento da incompetência territorial gera a remessa dos autos ao juízo competente.

61. Analise os itens abaixo, a respeito da ação de exigir contas:

- I. Além de observar os requisitos genéricos da petição inicial, o autor deverá especificar, detalhadamente, as razões pelas quais exige as contas, instruindo-a com documentos comprobatórios dessa necessidade, se existirem.
- II. Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que, na segunda fase da ação de prestação de contas, defere prova pericial.
- III. O recurso cabível contra decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas é a sentença.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I
- d) I, II, III

62. Sobre a ação rescisória, é correto afirmar, exceto:

- a) Se a ação for fundada na obtenção de prova nova, o termo inicial do prazo para seu ajuizamento será o transito em julgado da última decisão proferida no processo.
- b) O terceiro juridicamente interessado, bem como aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, possui legitimidade para ajuizar a ação rescisória.
- c) O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- d) Em alguns casos, é cabível ação rescisória em face de decisão sem resolução de mérito.

63. Sobre provas no processo civil, leias as assertivas a seguir:

- I De acordo com o STJ, se o juiz, de ofício, determinar a realização de perícia, a antecipação da remuneração do perito será rateada por ambas as partes.
- II A confissão judicial pode ser espontânea ou provocada; se espontânea, só pode ser feita pela própria parte.
- III Após a instauração do procedimento de arguição de falsidade, a outra parte deverá ser ouvida em quinze dias e, então, não será admitida a extinção prematura do feito sem o exame pericial do documento, mesmo que a parte concorde em retirá-lo dos autos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa I é falsa.
- b) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- c) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e II são verdadeiras.

64. Com relação aos efeitos recursais, assinale a correta:

- a) O Efeito obstativo não impede a preclusão da decisão impugnada e, conseqüentemente, sua execução definitiva.
- b) Efeito suspensivo impede a produção imediata dos efeitos da decisão que se quer impugnar, mas a regra em nosso sistema é a de que os recursos não impedem a eficácia da decisão.
- c) Efeito regressivo estabelece que a decisão proferida no recurso (juízo ad quem) substituirá a decisão recorrida.
- d) Efeito translativo é a possibilidade de o Tribunal julgar matérias de ordem pública, que, por serem conhecidas de ofício, não prescindem de manifestação da parte.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

65. A respeito do benefício de prestação continuada previsto na lei n. 8.742/93, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.
- b) O benefício previdenciário concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade não será computado para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso da mesma família.
- c) O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos previstos em lei.
- d) O benefício de prestação continuada concedido a pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, a outra pessoa com deficiência da mesma família.

66. Assinale a alternativa correta no que tange ao financiamento da seguridade social, conforme a legislação vigente:

- a) A alíquota de contribuição do segurado especial, do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- b) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- c) A contribuição do empregado, ressalvado o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- d) A alíquota de contribuição do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

67. No que tange à aposentadoria especial do servidor público federal com ingresso posterior à EC 103/19, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que a aposentadoria especial do servidor público ainda não foi regulamentada, as regras previstas na lei n. 8.213/91 serão aplicáveis ao servidor público federal, conforme estabelece a Súmula Vinculante n. 33 do Supremo Tribunal Federal.
- b) Para fazer jus à aposentadoria especial, o servidor deverá comprovar 15, 20 ou 25 anos de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.
- c) Não haverá distinção nos requisitos etários e contributivos em razão do sexo do servidor público federal.
- d) O servidor público federal cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou em categoria sujeita ao enquadramento presumido, poderá aposentar-se aos 60 anos de idade, com 25 anos de efetiva exposição e contribuição, desde que esteja há mais de 10 anos no serviço público e há 5 no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

68. A aposentadoria voluntária do professor que tenha ingressado no serviço público federal após a EC 103/19:

- a) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.
- b) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se homem.
- c) Dar-se-á aos 55 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se mulher.
- d) Dar-se-á aos 62 anos de idade, se mulher, ou aos 65 anos de idade, se homem, com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo, no caso dos professores universitários.

69. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;
- d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

70. A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, assinale a alternativa incorreta:

- a) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- b) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- c) Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o dobro do salário-mínimo.
- d) A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Mateus Pontalti

71. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.
- b) É inconstitucional a incidência de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre contratos de franquia (franchising).
- c) É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.
- d) É constitucional a contribuição social prevista no artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, tendo em vista a persistência do objeto para a qual foi instituída.

72. A respeito do Imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tributo tem como fato gerador a entrada do produto no estabelecimento de destino.
- b) O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.
- c) Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.
- d) O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

73. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A transação suspende o crédito tributário.
- b) A interposição de uma exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo corporificam a possibilidade de suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão ao parcelamento interrompe o prazo prescricional, que volta a fluir a partir da sua rescisão.

74. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) O método de interpretação literal não deve ser observado quando analisamos a legislação tributária que dispõe sobre exclusão do crédito tributário. Portanto, é plenamente possível a utilização da analogia para obter a extensão dos efeitos de uma lei isentiva.
- b) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- c) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- d) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

75. Sobre responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, independentemente de qualquer prova no sentido de sua quitação pretérita.

- b) Em caso de sucessão tributária, o cônjuge meeiro é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante da meação.
- c) Caso o adquirente de determinado estabelecimento comercial dê continuidade a exploração comercial que anteriormente ali se exercia, mas sob outra razão social, tal circunstância lhe eximirá da responsabilidade dos tributos até então devidos.
- d) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

76. Julgue os itens abaixo:

- I) Uma lei isentiva atinge, apenas, a obrigação tributária principal, enquanto as obrigações tributárias acessórias permanecem incólumes.
 - II) O Princípio da anualidade, albergado no texto da Constituição da República aprovada em 1988, disciplina que a cobrança de um tributo não pode ser feita no mesmo exercício financeiro em que fora publicada a norma impositiva tributária.
 - III) O não-exercício da competência tributária autoriza o deferimento a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas a afirmativa do item II está correta.
 - d) Apenas a afirmativa do item I está correta.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

77. Quantos aos princípios que regem o direito ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da vedação do retrocesso ambiental é um princípio absoluto, não, admitindo, nem mesmo temporariamente, sua flexibilização, haja vista a importância do meio ambiente.
- b) O princípio da prevenção aplica-se quando os riscos de determinado empreendimento são incertos ou desconhecidos.
- c) O princípio da cooperação dos povos não acarreta perda de soberania dos Estados em relação aos seus recursos naturais.
- d) Os deveres decorrentes da função ambiental da propriedade/posse possuem natureza de direito pessoal, ligando-se ao sujeito causador do dano.

78. Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, marque a alternativa correta.

- a) Corredores ecológicos podem ser conceituados como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- b) Dentre os objetivos expressos do SNUC está o de valorizar econômica e politicamente a diversidade biológica.
- c) O SNUC possui estrutura centralizada, englobando apenas entes/órgãos da União e dos Estados.
- d) Todas as unidades de conservação, sem exceção, demandam a realização de estudos técnicos para sua criação.

79. Uma empresa foi autuada pelo órgão ambiental estadual em decorrência de irregularidades ambientais encontradas em atividades por ela exercida na plataforma continental. Quanto ao caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para o licenciamento ambiental de atividades desenvolvidas na plataforma continental pertence ao Estado onde estiver localizada a referida plataforma continental.

b) O Estado-membro não poderia exercer a fiscalização sobre a atividade descrita, haja vista que a competência material ambiental é exclusiva da União.

c) O auto de infração poderá ser anulado pelo Poder Judiciário, haja vista que a competência para a aplicação de penalidade, neste caso, pertence ao IBAMA (União).

d) Havendo, também, auto de infração lavrado pelo IBAMA (União), pelos mesmos fatos, os dois autos (do Estado e do IBAMA) serão válidos e poderão ser imputados à empresa, haja vista a independência das esferas de responsabilização.

80. Quanto às normas de biossegurança, estabelecidas na Lei nº 11.105/2005, não é proibido(a):

- a) Clonagem humana.
- b) Engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano.
- c) A utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso.
- d) A utilização, para fins de pesquisa e terapia, de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as condições legais.

81. Quanto à legislação florestal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura.
- b) Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a proteger áreas úmidas, especialmente as de importância local.

c) As obrigações referentes à proteção das áreas de preservação permanentes – APP's possuem natureza de direito pessoal, não sendo transmitidas ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

d) A Zona Costeira é patrimônio nacional, sendo vedadas as atividades de carcinicultura e salinas em apicuns e salgados.

82. Quanto à Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, assinale a alternativa correta.

a) Dentre os instrumentos políticos da PNMA podemos citar a concessão florestal, a servidão ambiental, o seguro ambiental, dentre outros.

b) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental, instituto que se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida, ante o princípio da proteção integral do meio ambiente.

c) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, perpétua ou temporária. Neste último caso, o prazo mínimo da servidão ambiental é de 15 (quinze) anos.

d) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

83. Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa **incorreta**.

a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.

b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

c) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

d) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social..

84. Assinale a opção correta de acordo com as normas de direito internacional privado (DIPr).

a) Na hipótese de uma fábrica situada na fronteira entre dois países explodir, por negligência ou imprudência, e destruir propriedades situadas para além do Estado onde se localiza, deve-se utilizar como elemento de conexão o lugar da conduta.

b) No DIPr, a qualificação, que significa determinar a natureza do fato ou instituto para o fim de enquadrá-lo em uma categoria jurídica existente, se relaciona às obrigações, devendo-se aplicar a lei do país em que se constituírem.

c) No DIPr, considera-se questão prévia a delimitação da competência do juízo.

d) No caso de uma norma jurídica estipular como formas alternativas de regência de atos entre vivos a lei do lugar de celebração do ato, a do lugar que regula a substância do ato e a lei nacional dos contraentes (se for comum), aplicar-se-á o elemento de conexão que indicar a norma mais favorável à validade formal do ato.

85. Sobre as fontes e características do direito internacional público, assinale a afirmativa correta:

- a) Admite-se a desnecessidade de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.
- b) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.
- c) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.
- d) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

86. São sujeitos de Direito Internacional Público, exceto:

- a) Estados
- b) Microestados
- c) Organizações Internacionais
- d) Organizações não-governamentais

87. Luiz é brasileiro naturalizado e casado com Thayse, de nacionalidade italiana. Luiz foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Buenos Aires. Em 07/07/2019, lá nasceu Juliana, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

a) Juliana não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.

b) Juliana é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter-se deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.

c) Juliana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

d) Juliana é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

88. Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados
- b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.
- c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

89. No que tange às sociedades simples, assinale a alternativa correta.

- a) Essa espécie societária poderá optar por uma das modalidades empresariais, situação em que deverá ser compreendida como uma sociedade de natureza empresarial.
- b) Essa espécie societária poderá optar por uma das modalidades empresárias, ainda que diante de tal hipótese não venha a adquirir a natureza empresarial.
- c) Para a alteração do contrato social de uma sociedade simples, a lei determina que as deliberações sejam tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital do social.
- d) A inscrição do contrato social no órgão competente não confere personalidade jurídica às sociedades simples.

90. No tocante às sociedades por ações, assinale a alternativa correta.

- a) As sociedades anônimas de capital aberto poderão emitir debêntures e partes beneficiárias.
- b) As partes beneficiárias devem ser emitidas exclusivamente por sociedades anônimas de capital fechado.
- c) As sociedades anônimas de capital fechado podem adotar firma ou denominação.
- d) As comandita por ações são regidas supletivamente pelas regras do código civil.

91. À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca da duplicata, assinale a alternativa correta.

- a) Deve ser emitida em relações empresariais, mas pode ser emitida em relações de consumo.
- b) O aceite é facultativo e pode ser suprido pela emissão de uma triplicata.
- c) O aceite é obrigatório e caso não haja o aceite ordinário, a entrega das mercadorias ou a prestação de serviços enseja a possibilidade de protesto e a correspondente ação judicial para a cobrança do crédito decorrente.

d) O aceite é obrigatório e caso não haja o aceite ordinário, faz-se necessário a emissão de uma triplicata como meio exclusivo de protesto para posterior cobrança judicial do crédito.

92. No tocante às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder total ou parcialmente suas quotas a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de 1/4 do capital social.
- b) Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais, pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.
- c) Para a alteração do contrato social de uma sociedade limitada, a lei determina que as deliberações sejam tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital do social.
- d) A inscrição do contrato social no órgão competente não confere personalidade jurídica às sociedades, exceto às sociedades em conta de participação.

93. À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

- a) Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- b) Celebram contrato de sociedade as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar dos resultados, podendo ser restrita a atividade a um ou mais negócios determinados.
- c) O empresário individual poderá inscrever-se no regime do MEI – Microempreendedor Individual, assim como da ME – Microempresa, mas está proibido de constituir EPP – Empresa de pequeno porte.
- d) As sociedades limitadas devem ser empresárias, exclusivamente.

94. Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

- a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.
- b) Crédito com privilégio especial, com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.
- c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.
- d) multa contratual e a pena pecuniária.

DIREITO ECONÔMICO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Leonardo Fernandes

95. Segundo o disposto pela Lei 12.529/ 2011, é incorreta a seguinte afirmação:

- a) O Cade, autarquia federal, é entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional.
- b) São órgãos do Cade: o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.
- c) As infrações da ordem econômica dependem da demonstração de culpa.
- d) A conquista de mercado resultante de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico não constitui infração da ordem econômica.

96. Dadas as afirmativas abaixo quanto às formas de intervenção do Estado na economia, julgue os itens:

- I. O Estado intervém na economia como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo a função de fiscalização, incentivo e planejamento.
 - II. O Estado intervém na economia como legislador.
 - III. O Estado intervém na economia como ofertante de bens e serviços, explorando diretamente a atividade econômica.
- a) V, F, F.
 - b) V, F, F.

c) F, F, F.

d) V, V, V.

97. Julgue os itens:

- a) Prescreve em cinco anos a responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS, conforme o art. 1º-C da Lei nº 9.494/97.
 - b) Prescreve em cinco anos a responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá, aplicando-se o prazo do art. 27 do CDC.
 - c) Prescreve em três anos a responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá, aplicando-se o prazo do art. 206, §3º, V do CC.
 - d) Os médicos respondem objetivamente pelos danos causados ao paciente, pois são considerados fornecedores.
- a) V, F, F, F.
 - b) V, F, F, V.
 - c) F, F, F, F.
 - d) V, V, F, F.

98. Sobre o fato do produto de demais institutos do CDC é incorreta a seguinte afirmação:

- a) O fabricante responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes do produto.
- b) O fabricante não será responsabilizado quando provar a existência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- c) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios do produto, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- d) São impróprios ao uso e consumo, os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos, gerando dano moral para o consumidor e responsabilidade penal para o fornecedor, independente de perícia.

99. São corretas as afirmações, salvo:

- a) É decenal o prazo prescricional aplicável ao exercício da pretensão de reembolso de despesas médico-hospitalares alegadamente cobertas pelo contrato de plano de saúde (ou de seguro saúde), mas que não foram adimplidas pela operadora.
- b) Compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for instituído em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho.
- c) É abusiva a negativa de custeio, pela operadora do plano de saúde, do tratamento de fertilização in vitro, quando não houver previsão contratual expressa.
- d) É abusiva a execução de serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

100. Sobre as práticas abusivas e a responsabilidade civil prevista no CDC, é incorreto afirmar:

- a) Consiste em prática abusiva por comissão a afirmação não verdadeira, parcial ou total, sobre o produto ou serviço, capaz de induzir o consumidor em erro.
- b) A prática abusiva também pode ser verificada na modalidade omissiva.
- c) É possível o redirecionamento à matriz da condenação de veicular contrapropaganda imposta à filial, desde que possuam CNPJ diversos.
- d) Diante da livre iniciativa, não pode o fornecedor ser obrigado a veicular contrapropaganda, mas somente cabe sua condenação em perdas e danos.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-26-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>